

CATOLICISMO E EVANGELIZAÇÃO EM SÃO PAULO CENTENÁRIO DA ARQUIDIOCESE (1908-2008)

*Prof. Dr. Pe. Ney de Souza**

Resumo: Este artigo apresenta um panorama do Catolicismo em São Paulo durante o último século (1908 a 2008), com enfoque especial à atividade pastoral de D. Paulo Evaristo Arns. Destaca-se sua figura durante a ditadura militar, quando acolhe os presos políticos, além da preparação para a criação das novas dioceses na Região Metropolitana Paulista. Em suma, a atividade de um pastor preocupado em conduzir o rebanho dentro da orientação evangélica de servir, e servir aos pequeninos.

Palavras-chaves: Evangelização ; ditadura militar; novas dioceses; atividades pastorais.

Abstract: This article presents a landscape of the Catholicism in São Paulo during the last century (1908-2008), with special hang to the pastoral activity of D. Paulo Evaristo Arns. His figure stands out during the military dictatorship, when he wellcame political prisoners, beyond preparing the creation of the new dioceses on Metropolitan Region of Sao Paulo. In brief, a pastor's activity worried in conducting the herd in the evangelic orientation of serving, and serving to the small people.

Keywords: Evangelization; military dictatorship; new dioceses; pastoral activity.

O catolicismo em São Paulo no regime republicano segue o quadro geral do Brasil, de um primeiro momento de desconfiança do regime laico, da insegurança quanto a sua situação econômica, passando por uma aproximação e depois por alianças realizadas por determinados acontecimentos que confirmam tal situação e de outros de contestação ao regime, de maneira especial durante sua fase militar.

Durante esse período foi criada a **Província e arquidiocese de São Paulo** (1908), teve início a construção da nova catedral (1913), o primeiro Congresso Eucarístico Diocesano e o segundo Sínodo Diocesano. Na República atuará o primeiro arcebispo, D. Duarte que, até o momento teve o bispado mais longo na arquidiocese: 31 anos. Na formação acadêmica serão criadas a Pontifícia Universidade Católica (1946) e a Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção (1949).

Nos diversos momentos do cotidiano da cidade se terá o envolvimento do catolicismo, às vezes deficitário, como foi o caso da gripe espanhola de 1918 e, por outras vezes, de uma participação profética, como o envolvimento deste catolicismo e de D. Paulo Evaristo Arns durante o regime militar, e seu posicionamento em relação às torturas e aos presos políticos.

O catolicismo em São Paulo teve um aumento na participação dos fiéis e a presença de setores progressistas na promoção social foi de grande relevância. A disputa entre conservadores e progressistas no final dos anos 40 fortaleceu a Ação Católica que teve importante presença em São Paulo, no fim dos anos 50 e no início dos anos 60, concentrando sacerdotes e leigos progressistas e de esquerda.

O golpe de 1964 não foi aceito por toda a Igreja, mas a ambigüidade acaba em 1965, com a repressão a setores da Ação Católica e mudanças na CNBB, quando os conservadores ocuparam a presidência com o cardeal Rossi, recém-escolhido arcebispo de São Paulo.

O Concílio Vaticano II deu mais espaço aos setores laicais do catolicismo. A maior mudança foi a nova compreensão do sentido de Igreja, originando um grande número de Comunidades Eclesiais de Base que cresceram em São Paulo nos anos 60 e no início da década de 70.

Com o cardeal Arns à frente da arquidiocese de São Paulo a partir de 1970, surgia a Operação Periferia (1972), um programa de evangelização e promoção social. O projeto comunitário ganharia unidade e coesão no Plano Bienal de Pastoral em 1975. As CEB's propunham organizar as populações mais pobres em pequenas comunidades, dotando a periferia de serviços básicos de educação, saúde, lazer e expressão religiosa. A implantação das Comunidades de Base teve resistências de alguns religiosos, temerosos de perderem o controle dos fiéis. As CEB's também conviveram com práticas conservadoras, individualistas, sem engajamento político e social.

Em 1980 São Paulo recebeu a visita do papa João Paulo II. A celebração e homilia sobre os operários realizadas no estádio do Morumbi ficaram marcadas na vida da população paulistana.

A finalidade deste texto é destacar uma das etapas da história do catolicismo em São Paulo no ano em que a arquidiocese celebra o seu

centenário. A atuação marcante de D. Paulo Evaristo Arns é o enfoque da pesquisa aqui apresentada¹.

1. D. Paulo Evaristo Arns: *De esperança em esperança* (1970-1998)

D. Paulo Evaristo², o cardeal Arns, foi o quinto arcebispo e terceiro cardeal de São Paulo. Nasceu em Forquilha no dia 14 de setembro de 1921. Foi batizado três dias depois pelo padre Giacomo Giacca, na capela do Sagrado Coração de Jesus. Os padrinhos foram Rodolpho Michels e Verônica Arns Michels. Na mesma Forquilha Paulo Evaristo foi crismado. Pertencia a uma família numerosa, eram treze filhos. Seu pai, Gabriel Arns, descendente de imigrantes alemães, era casado com Helena Steiner Arns.

O futuro cardeal dos empobrecidos foi acostumado a pular da cama ante de o dia clarear. Estudava pela manhã e à tarde trabalhava na roça ou ajudava seu tio que ficava no balcão da venda que possuía.

No lugar em que morava o padre só aparecia no máximo uma vez por mês e acontecia quase sempre de a visita ser em dia útil. Até os dez anos de idade, Paulo nem tinha o hábito de freqüentar a missa aos domingos. A família era religiosa, rezava todos os dias. Depois de concluir os seis anos do curso primário no seu povoado com dois professores formados em Blumenau - um deles era o seu tio Jacó e o outro era Adolfo Back - partiu para estudar com os frades franciscanos no Seminário Seráfico de São Luis de Tolosa, na cidade de Rio Negro, no Paraná.

Entrada na vida religiosa

Em 1939 decidiu-se pela vida religiosa. No ano seguinte fez o noviciado em Rodeio, Santa Catarina. Completou o curso de Filosofia em Curitiba, no Paraná. O curso de Teologia realizou em Petrópolis, interior do Rio de Janeiro. Na mesma cidade foi ordenado padre pelo arcebispo de Niterói, D. José Pereira Alves, no dia 30 de novembro de 1945. Durante mais de dez anos trabalhou junto à população dos morros, favelas, vielas e barracos de Petrópolis, além de lecionar Teologia no Instituto Franciscano.

¹ Para aprofundar as temáticas relacionadas à história do catolicismo em São Paulo consultar SOUZA, N. *Catolicismo em São Paulo* 450 anos da presença da Igreja católica em São Paulo (1554-2004). São Paulo, Paulinas, 2004.

² Quando não for indicada outra fonte, o texto utilizou a seguinte: D. Paulo Evaristo Arns. *Da esperança à utopia-testemunho de uma vida*. Rio de Janeiro, 2001.

O frade franciscano teria uma outra missão em sua vida. Era o momento de ver a miséria longe do Brasil. Em Paris, na Sorbonne, o franciscano foi completar e aperfeiçoar seus estudos. A miséria do pós-guerra, os destroços que a violência deixara para trás, eram os sinais de morte encontrados na Europa. Paulo Evaristo iria estudar e conviver com pessoas que haviam passado o sofrimento da guerra, do campo de concentração de Dachau. Tudo ajudaria na continuidade da formação das opções e do caráter do futuro cardeal: seu estudo acadêmico e o contato com esta realidade de dor.

De volta ao Brasil, foi lecionar em Agudos e Bauru, no interior de São Paulo. Quando retornou a Petrópolis e estava trabalhando com os favelados que cercavam o bairro Itamarati, distante cinco quilômetros do centro da cidade, o papa Paulo VI o indicava para bispo auxiliar de d. Agnelo Rossi, em São Paulo, no dia 2 de maio de 1966.

Na antiga capela do Sagrado Coração de Jesus, em Forquilha, já então paróquia, D. Agnelo conferia a sagração episcopal a dom Paulo Evaristo Arns. Era o dia 3 de julho de 1966. Em São Paulo, D. Paulo trabalhou na antiga Região Norte, hoje região Santana. Nessa região descobriu uma das suas maiores inspirações para todo o seu trabalho em defesa dos Direitos Humanos. Diversos trabalhos realizou na região Norte: os velhinhos do Asilo D. Pedro II, da Santa Casa de Misericórdia, que passavam a ser, a partir dessa epifania de amor e solidariedade aos excluídos, a sua grande família com a qual o futuro cardeal dividiria por mais de trinta anos o seu Natal.

Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo

Nomeado arcebispo de São Paulo no dia 22 de outubro de 1970, D. Paulo assume a Arquidiocese no dia primeiro de novembro. Nessa celebração, além dos milhares de fiéis e de um corpo eclesástico considerável (o Nuncio, 28 bispos, o cardeal Rossi, o arcebispo de Porto Alegre, D. Vicente Scherer), estava sua mãe e seus irmãos. Seu pai o acompanhava de longe, muito longe, porém muito perto do filho. *Venho do meio do povo desta arquidiocese a que já pertencia, do clero a quem amo e de quem sou irmão, dos religiosos que comigo se esforçam para serem sinal e esperança dos bens que estão para chegar, dos leigos que entendem o serviço aos irmãos como tarefa essencial de sua existência*³. Entre as autoridades civis e militares, estavam presentes o governador de São Paulo, Roberto de

³ Exortação de D. Paulo Evaristo Arns em sua posse como arcebispo de São Paulo no dia 1 de novembro de 1970, in www.arquidiocese-sp.org.br

Abreu Sodré, e sua esposa, o prefeito da capital, Paulo Maluf, os comandantes da II Região Militar e do II Exército, os presidentes da Assembléia Legislativa e da Câmara Municipal e membros do poder judiciário. D. Paulo seria cardeal na cerimônia do dia 5 de março de 1973, na cidade de Roma, presidida pelo papa Paulo VI, com o título de Santo Antônio na Via Tuscolana⁴. D. Paulo foi membro da Congregação para o Culto Divino e a Disciplina dos Sacramentos (1974-1988), junto ao Vaticano⁵.

Uma das primeiras visitas que D. Paulo fez como representante do catolicismo em São Paulo foi aos dominicanos presos. Logo depois, no dia 22, quando soube oficialmente da nomeação, D. Paulo Evaristo foi ao Presídio Tiradentes para dizer àqueles que lá se encontravam que não iria abandoná-los. Visitas como essa significavam muito para os presos. Naqueles tempos de repressão era muito importante saber que tinha alguém do lado de fora solidário à situação que estavam passando dentro das prisões. As lembranças desse gesto do arcebispo ficaram gravadas na memória dos dominicanos. Anos mais tarde, um deles, Frei Betto, registrou em seu livro *Batismo de sangue* a importância da atitude de D. Paulo. *Nomeado arcebispo, desafiou a ordem e fez questão de estar conosco antes de tomar posse. Sua atividade à frente da Sé paulista nascia de um gesto concreto em defesa dos direitos humanos. Corajoso, lúcido, dotado de extrema sensibilidade para as questões sociais, D. Paulo não marcaria data nem hora para nos levar apoio nos momentos mais difíceis do cárcere.*

Ainda como bispo auxiliar, havia realizado diversas visitas aos presos. *Consegui outras vezes ter acesso ao Presídio Tiradentes. Lá encontrei mais ou menos uma dúzia de religiosos, todos eles encarcerados sob o pretexto de subversão. Alguns eram meus conhecidos e todos se tornaram meus amigos a partir dessa hora e da consagração aos serviços da Igreja e da humanidade. Ouvi*

⁴ Em março de 1998 a arquidiocese de São Paulo realizou uma grande homenagem ao cardeal Arns pelos seus 25 anos de cardeal. *Jornal O São Paulo*, 4 de março de 1998.

⁵ O cardeal arcebispo de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns, exerceu ainda os seguintes cargos: Membro do Secretariado do Sínodo Mundial dos Bispos (1983-1987), Presidente da Comissão Episcopal do Regional Sul I da CNBB (primeiro e segundo mandato 1971 a 1979 e terceiro mandato 1987 a 1991), Membro da Comissão Independente para Questões Humanitárias Internacionais da ONU (1982), Membro da Pax Christi Internacional (1985), Membro do Serviço Internacional pelos Direitos Humanos (1985), Membro do Serviço Paz e Justiça na América Latina (1986), Presidente do Comitê Internacional de Peritos pela Prevenção da Tortura, CEPTA (1987), Membro da Comissão Internacional Sul-Sul, Genebra (1987), Membro do Comitê Honorário da Campanha Européia pela Interdependência e Solidariedade Norte-Sul, do Conselho da Europa (1988). Chancelaria do Arcebispado. *Relatório Quinquenal 1985-1989*. p. 15.

*tantas coisas e reparei em tantos sofrimentos, que não tive mais dúvida de que a tortura se instalara como método de interrogatório para todos os presos políticos*⁶. Ainda no futuro ano de 1982, o cardeal sofreria mais uma perseguição. A 22 de agosto de 1982 circulou na cidade uma edição falsificada de o São Paulo trazendo na primeira pagina um grande retrato meu, com a manchete: “*Mea culpa*”. Os responsáveis pela Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil e eu particularmente éramos vítimas de difamações. Algumas emissoras de radio distorciam os fatos em seus programas diários para transmitir a idéia de que eu era defensor de criminosos⁷.

Foi num clima de intensa repressão à participação democrática em partidos, sindicatos, na vida eclesial, na censura à imprensa, que D. Paulo assumiu o cargo de arcebispo da maior arquidiocese católica do mundo⁸. Seus anos seguintes seriam de um grande percurso entre visitas e apoio incondicional a presos políticos, torturados, famílias de desaparecidos, menores abandonados e à definição da Igreja de São Paulo: Pastoral das Comunidades Eclesiais de Base, dos Direitos Humanos e Marginalizados, do Mundo do Trabalho e da Periferia e áreas carentes.

Assim que assumiu a arquidiocese, incrementou a participação do laicato seguindo os passos do Concílio Vaticano II. Realizou a Operação Periferia, vendendo o Palácio Episcopal e assumindo destemida defesa dos direitos humanos constantemente violados pela ditadura militar. O cardeal se tornou a voz dos sem- voz o verdadeiro arauto da justiça social no Brasil. É de sua responsabilidade a edição e relatório do *Brasil nunca mais*, marco da luta contra a tortura. *As angústias e esperanças do Povo devem ser compartilhadas pela Igreja. Afinal, o próprio Cristo, que passou pela terra fazendo o bem, foi perseguido, torturado e morto. Legou-nos a missão de trabalhar pelo Reino de Deus, que consiste na justiça, verdade, liberdade e amor*⁹.

O futuro cardeal afirmava: *o que me impressionava em São Paulo era, sobretudo, o contato pessoal com tanta gente treinada pela Ação Católica e pela atuação de meus predecessores. Mais ainda, com os grupos que traziam novas*

⁶ D. Paulo Evaristo Arns. *Da esperança à Utopia testemunho de uma vida*. p. 150.

⁷ *Ibidem*. p. 285.

⁸ *O São Paulo*. 29 de outubro de 1982.

⁹ O texto é de D. Paulo Evaristo Arns no prefácio de *Brasil Nunca Mais*. Petrópolis, 1985, p. 11. Este livro é indispensável para quem quer, mais do que somente cristãos, mas todos os cidadãos, tomar conhecimento da tortura no Brasil da repressão e não somente adquirir conhecimento, mas ser convidado a reconhecer a verdadeira identidade de Jesus de Nazaré através das faces desfiguradas dos torturados e torturadores, afirmando mais uma vez o direito, a justiça e a dignidade do ser humano.

*idéias para a juventude, para os casais e para os migrantes. Em toda parte havia fogo e esse fogo que Cristo trouxera à terra, de fato, estava queimando*¹⁰.

Regressando de uma visita ao papa Paulo VI, em abril de 1971, D. Paulo mencionou três restrições à situação brasileira: a legislação que precisava ser aprimorada na defesa dos direitos humanos, a neurose da segurança nacional e a violência contra a pessoa humana. E sob tal proposta o arcebispo se mantinha firme e decidido ao lado de seu rebanho: *Se formos atentos à voz do povo, ouvindo os clamores, estaremos captando os sinais dos tempos e ouvindo a voz de Deus na história de hoje*¹¹.

Em agosto de 1973, D. Paulo propôs ao papa a aplicação em São Paulo de uma experiência pioneira tentada em Paris: a criação de dioceses interdependentes capazes de comportar outros bispos com áreas específicas de atuação. Era algo inédito em termos de Igreja. *Objetivamente, a unidade da Igreja se dá pela evangelização, os sacramentos e a pastoral. Para assegurar, nesses três pontos fundamentais, a unidade, existem, em quase todas as Regiões, Escolas da Fé, coordenadores da Catequese e Grupos de Reflexão sobre a Palavra de Deus. A expressão mais forte talvez se encontre nas próprias Comunidades de Base*¹².

No exercício de seu pastoreio, o arcebispo criou novas regiões episcopais, realizando um amplo plano de pastoral urbana e lançando as bases para a ação colegiada na grande metrópole de São Paulo. Criou as condições essenciais para a entre-ajuda do projeto *Igrejas-irmãs*. Erigiu 43 novas paróquias e incentivou um grande número de comunidades eclesiais de base nas periferias da megalópole paulistana, particularmente nas atuais dioceses, criadas em 1989, São Miguel Paulista, Osasco, Campo Limpo e Santo Amaro, além das regiões Belém e Brasilândia. Esta era uma resposta eficaz e efetiva ao crescimento desordenado, à miséria e à migração constante e forçada para a capital de São Paulo.

Em 1975 seus bispos auxiliares eram: D. Jose Thurler¹³, D. Benedito de Ulhoa Vieira (1971 a 1978, nomeado arcebispo de Uberaba)¹⁴, D.

¹⁰ D. Paulo Evaristo Arns *da Esperança à Utopia*. p. 184.

¹¹ Chancelaria do Arcebispado. *Arquidiocese de São Paulo. Histórico*. (Jose Albanex). P. 61.

¹² Afirmação de D. Paulo Evaristo quando completava 12 anos de arcebispado. Chancelaria do Arcebispado. *Op.cit.* p. 62.

¹³ D. Jose Thurler, nascido em 19 de junho de 1913 na cidade de Nova Frigurgo-RJ, foi nomeado bispo de Chapecó-SC em 1959. Transferido para Sorocaba-SP em 1962. Chegou a São Paulo em 1967, no ano de 1970 foi designado auxiliar de D. Paulo Evaristo e designado

Francisco Manuel Vieira (1975 a 1989, nomeado bispo de Osasco)¹⁵, D. Mauro Morelli (1975 a 1981, nomeado bispo de Duque de Caxias-RJ)¹⁶, D. Joel Ivo Catapan (1974 a 1999 quando faleceu)¹⁷, D. Angélico Sândalo Bernardino (1975 a 2000, nomeado bispo de Blumenau-SC)¹⁸, cada um assumindo uma das seis regiões episcopais, divididas em setores de pastoral com autonomia e dinâmicas próprias. Ainda seriam escolhidos para auxiliar D. Paulo: D. Luciano Mendes de Almeida (1976 a 1988, nomeado arcebispo de Mariana-MG)¹⁹, D. Alfredo Ernesto Novak (1979 a 1989, nomeado bispo de Paranaguá-PR)²⁰, D. Antonio Celso Queiroz

pra a Região Episcopal Sé e Vigário Geral para as Religiosas. Chancelaria do Arcebispado. *Relatório Quinquenal 1985-1989*. p. 16.

¹⁴ Nasceu em Mococa/SP em 1920. Ordenado em São Paulo em 1948. Ordenado bispo auxiliar de São Paulo a 25 de janeiro de 1972. Foi capelão da PUC-sp, Vice-Reitor e Reitor do seminário do Ipiranga e Vigário Geral de São Paulo (1949-1978). Como bispo foi vigário episcopal na Região Lapa (1975-1978), sendo transferido para Uberaba/MG, em setembro de 1978.

¹⁵ Nasceu em Rio Tinto, Porto, Portugal no ano de 1925. Ordenado sacerdote em São Paulo em 1952. Nomeado bispo auxiliar de São Paulo no dia 25 de janeiro de 1975. Em São Paulo foi designado para a Região Osasco e procurador geral da Mitra Arquidiocesana de São Paulo. Em 1989 foi nomeado bispo da diocese de Osasco/SP.

¹⁶ Nasceu em Avanhandava/SP em 1935. Foi ordenado sacerdote em Baltimore (USA) em 1965. Sua ordenação episcopal ocorreu em São Paulo em 1975. Foi bispo auxiliar na Região Santo Amaro. Presidente da Comissão Regional de Presbíteros e da Comissão Representativa da CNBB.

¹⁷ Nasceu em Teixeira Soares/PR, no dia 17 de junho de 1927. Ordenado sacerdote, em São Paulo em 1953. A sua ordenação episcopal, como bispo auxiliar de São Paulo foi a 25 de janeiro de 1975. Exerceu seu episcopado na Região Santana e foi encarregado pela Pastoral da Juventude e Vocacional. Faleceu no dia 1 de maio de 1999 e foi sepultado em sua terra natal.

¹⁸ Nasceu em Saltinho, município de Piracicaba/SP, no dia 19 de janeiro de 1933. Ordenado sacerdote em Ribeirão Preto/SP em 1959. Sua ordenação episcopal ocorreu em São Paulo no dia 25 de janeiro de 1975. Foi bispo auxiliar exercendo seu ministério na Região São Miguel Paulista, e, na divisão da Arquidiocese (1989), na nova Região Brasilândia. Na Arquidiocese foi encarregado da Prioridade do Mundo do Trabalho e foi diretor do jornal *O São Paulo*.

¹⁹ Nasceu no Rio de Janeiro em 1930. Foi ordenado sacerdote em Roma no ano de 1958 e nomeado bispo auxiliar de São Paulo em 1976. Exerceu suas atividades na Região Belém e foi encarregado da Pastoral do Menor e das escolas. Foi secretário da CNBB por dois mandatos (1979-1986) e Presidente da CNBB também por dois mandatos (1987-1995); Membro da Pontifícia Comissão Justiça e Paz (1996-2000); Membro da Comissão do Secretariado para o Sínodo (1994-1999); primeiro vice-presidente do CELAM (1995-1999); Delegado à Assembléia Especial do Sínodo dos Bispos para a América por eleição da Assembléia da CNBB e confirmado pelo papa João Paulo II (1997). Arcebispo de Mariana/MG desde 1988.

²⁰ Nasceu em Dwight, Nebraska (USA), no ano de 1930. Sua ordenação sacerdotal ocorreu em Oconomowoc, Wisconsin (USA) no dia 2 de julho de 1965. Recebeu a ordenação episcopal em São Paulo no dia 27 de maio de 1979. Foi designado para a Região Lapa e encarregado da Pastoral para Instituições de Comunicações e Publicidade.

(1975 a 2000, nomeado bispo de Catanduva-SP)²¹, D. Fernando Penteadó (1979 a 2000, nomeado bispo de Jacarezinho-PR)²², D. Antonio Gaspar (1982 a 2001, nomeado bispo de Barretos-SP)²³, D. Décio Pereira (1979 a 1997, nomeado bispo de Santo André, falecido em 2003)²⁴. D. Décio foi sepultado na Catedral de Nossa Senhora do Carmo em Santo André.

2 . Atividades do catolicismo em São Paulo (1970-2000)

As atividades do catolicismo na cidade de São Paulo entre os anos 70 e 2000 trará à luz algumas das principais realizações da Igreja católica nesta megalópole nesses trinta anos. É evidente que o texto não pretende esgotar todas as atividades, mas relatar e analisar algumas das mais importantes no âmbito interno da Igreja e no que efetivamente contribuiu com sua presença na sociedade paulistana.

Um grande plano para São Paulo: novas dioceses

Logo que D. Paulo Evaristo tomou posse em São Paulo como arcebispo percebeu o que já havia vivenciado como bispo auxiliar: a cidade não poderia ser uma única Diocese. Isto, não só pela amplitude territorial, mas também pelo elevado número de habitantes, com tendência a crescer cada dia mais²⁵.

²¹ Nasceu em Pirassununga/SP no ano de 1933. Sua ordenação sacerdotal ocorreu em Comilhas (Espanha) no dia 17 de abril de 1960. Nomeado bispo auxiliar de São Paulo em 1975. Foi ordenado em Campinas/SP no dia 14 de dezembro de 1975. Responsável pela Região Ipiranga e encarregado do seminário Arquidiocesano de São Paulo. Foi membro da Comissão Episcopal de Pastoral, linha 1; Secretário Geral da CNBB (1987-1994). Delegado da CNBB junto ao CELAM (1995-1998); Delegado da Assembléia Especial do Sínodo dos Bispos para a América por eleição da Assembléia da CNBB e confirmado pelo papa João Paulo II (1997). Eleito Vice-Presidente da CNBB (2003).

²² Nasceu em São Paulo em 1934. Ordenado sacerdote em São Paulo no ano de 1960. Sua ordenação episcopal ocorreu em Roma em 1979. Exerceu os cargos de Vigário-Geral designado para a Região Itapeverica da Serra e responsável pela Pastoral da Periferia. Na divisão da Arquidiocese assumiu a Região Lapa.

²³ Nasceu em São Paulo no ano de 1931, também aqui foi ordenado sacerdote em 1962. Sua ordenação episcopal ocorreu em São Paulo a 6 de fevereiro de 1983. Exerceu os cargos de Vigário-Geral designado para Santo Amaro e na divisão da Arquidiocese foi transferido para a Região Sé.

²⁴ Nasceu em São Paulo no ano de 1940. Ordenado sacerdote nesta capital em 1967. Sua nomeação de bispo auxiliar ocorreu em abril de 1979. Sua ordenação foi no mesmo ano em Roma. Exerceu seu ministério na Região Sé e, depois na Região Belém. Foi encarregado do Ensino Religioso Arquidiocesano e do secretariado Arquidiocesano de Pastoral. Uma característica especial de D. Décio era que conhecia a todos pelo nome, de maneira especial, os seminaristas.

²⁵ Chancelaria do Arcebispado. *Arquidiocese de São Paulo. Histórico*. (José Albanéz). Pp. 193-195.

Numa tentativa de enfrentar esta realidade e superar as dificuldades do pastoreio, o arcebispo colocou à frente de cada Região Episcopal, Vigários Episcopais, a fim de melhor atender às necessidades da população desta megalópole.

Alem disso, criou setores, ou seja, grupos de paróquias, Capelas e Comunidades que tinham certa afinidade sócio-religiosa, ou pelo menos geográfica, para que a vida pastoral pudesse ali, ser estimulada e incrementada sob a liderança de um Coordenador escolhido entre os padres.

Os Vigários Episcopais eram simples sacerdotes, com poderes restritos e limitados; mas com a nomeação dos bispos auxiliares, estes foram se colocando à testa destas Regiões, com a nomeação de Vigários Gerais.

O arcebispo fez tudo para que se criassem as secretarias episcopais em cada Região onde o Bispo Auxiliar Regional pudesse despachar e atender o clero e os fiéis, verdadeiras 'Curias Regionais' para facilitar o acesso a todos.

Animado pela palavra de Paulo VI, em audiência particular, que disse que a solução pastoral para as grandes capitais deveria ser a criação de **dioceses interdependentes**, a exemplo de Paris, pôs-se D. Paulo em união com seus auxiliares, a criar um espírito de Igreja Particular nas várias Regiões Episcopais, com o intuito de preparar a criação das novas dioceses.

Essa questão era uma preocupação no início do bispado de D. Paulo. A situação exigia uma adequada circunscrição de limites territoriais e uma razoável distribuição de clérigos e recursos. Entre os critérios apresentados pela Santa Sé, se faz necessários ressaltar alguns: 1) Unidade orgânica, 2) diversificação do povo, 3) características peculiares, psicológicas, econômicas, geográficas e históricas, 4) o numero de habitantes e 5) que o bispo possa realizar visitas pastorais, exercer funções pontificais, conhecer o clero e suas atividades.

A Arquidiocese de São Paulo, em obediência aos documentos do Vaticano II e sentido a impossibilidade de um só bispo exercer seu trabalho pastoral, propôs como assunto urgente o *plano de criação das novas dioceses* que com a Arquidiocese constituem uma unidade pastoral, e os bispos com o arcebispo sejam com que um Colégio.

O que se pediu à Santa Sé é exatamente o que o papa Paulo VI sugeriu que se fizesse, na alocução de 24 de setembro de 1971. A proposta da arquidiocese era a seguinte: 1) que sejam mudados os limites da arquidiocese de São Paulo, delimitando-lhe o território que corresponde à Região Episcopal Sé, 2) que sejam criadas 8 novas dioceses, nas atuais Regiões Episcopais, fora a Sé, 3) que as novas dioceses tenham forte vínculo de interdependência de maneira estável, por normas emanadas da Santa Sé, para que se conserve a unidade pastoral e a ação episcopal seja verdadeiramente colegial.

Para isto outros três pontos deveriam ser firmados: **1) elementos comuns à arquidiocese e às dioceses interdependentes:** a) as diretrizes gerais da Pastoral; b) as prioridades; c) as 6 linhas de pastoral; d) a formação do clero e sua manutenção; e) o seminário, faculdade, biblioteca, arquivo, museu seriam comuns; f) tomadas de posição em comum diante dos problemas políticos e sociais, diante das Ordens e Congregações Religiosas; g) Cabido Metropolitano; h) administração central dos bens imóveis. **2) Elementos próprios de cada uma das futuras dioceses:** a) catedral, residência episcopal, cúria; b) clero e presbitério próprio; c) Conselho de presbíteros e consultores; d) Pastoral em nível diocesano; e) vida própria de uma Igreja Particular. **3) Os bens imóveis seriam comuns e administrados pelo Cabido Metropolitano e pelo Colégio Episcopal.**

O patrimônio unificado e a administração centralizada facilitariam a justa e fraterna circulação dos recursos dentro da Igreja, conforme as necessidades de cada diocese. Evidente que são pensamentos e teorias do início e depois do decorrer do pastoreio do cardeal Arns. A concretização deste projeto se realizou em 1989 com a criação de 4 novas dioceses e, foi causa de grande crítica por parte de grande parte da arquidiocese à Santa Sé. Este tema será tratado mais à frente no item *Divisão da arquidiocese de São Paulo (1989)*.

A perseguição à imprensa católica: O São Paulo

A imprensa católica da arquidiocese de São Paulo juntamente com seu bispo D. Paulo Evaristo Arns foram perseguidos e difamados. O jornal *O São Paulo* foi censurado inúmeras vezes. As notícias censuradas foram substituídas por anúncios até “estamparem” grandes lacunas sem notícia alguma em suas páginas²⁶. A censura prévia foi baseada em leis

²⁶ Os textos vão ressaltar a participação da Igreja de São Paulo por se tratar de um texto específico sobre a história da cidade e o que a envolveu nos seus 450 anos.

impostas aos meios de comunicação e a população sem direito de manifestação. Reivindicar foi insubordinação grave reprimida com a violência própria do regime.

O Presidente Médici confirmou a censura prévia que foi publicada no *Diário Oficial da União* no dia 20 de junho de 1973. O MDB tentou convocar o Ministro Alfredo Buzaid para falar sobre a censura. A tentativa foi obstruída na Câmara dos deputados pela ARENA que rejeitou o pedido. O líder da Arena, Geraldo Freire se pronunciou sobre a legalidade do ato presidencial. Alegou ele que era um ato que defendia os ideais da Revolução, "(...) para o povo brasileiro ter o direito de pensar como quer. Porque se não fosse a Revolução, os elementos do MDB estariam neste momento com um cadeado prendendo-lhes os lábios"²⁷.

O Diário Oficial publicou assim:

Ministério da Justiça – PR 5.005/73 – Exposição de motivos nr. GM-229-B de 20 de junho de 1973. Diante do exposto, neste processo, pelo senhor Ministro da Justiça:

I – Ratifico o despacho exarado em 30 de março de 1971, na exposição de motivos nr. 165-B, de 29 de março daquele ano, no qual adotei, em defesa da Revolução, com fundamento no artigo 9.º do Ato Institucional n.º 5, as medidas previstas no artigo 155, parágrafo 2.º, letra E, da emenda constitucional n.º 1;

II – Tendo a decisão proferida no mandado de segurança impetrado pela Editora Enubia Limitada afirmando não existir, nos autos, prova de imposição de censura por ato do presidente da Republica, reitero a autorização ao Ministério da Justiça para que, através do Departamento de Polícia Federal, estabeleça a censura quanto ao periódico "Opinião".

Brasília, 20 de junho de 1973.

Ataques ao catolicismo em São Paulo

Estavam liberadas as matérias que contrariamente a verdade praticada na arquidiocese de São Paulo invertia os fatos demonizando suas ações. Assim fez o jornalista Salomão Jorge na *Seção Livre* do dia 9 de abril de 1972 do jornal *O Estado de São Paulo*. A matéria foi publicada com o título *A Cúria Metropolitana e a Imprensa*. É uma matéria extensa e cheia de citações do Magistério da Igreja e dos Evangelhos. Mas deturpando a realidade e utilizando comentários de um bispo que foi conivente com

²⁷ ACMSp. Documentos em fase de catalogação.

regime militar, D. Geraldo Proença Sigaud. Em um dos trechos da extensa matéria se pode ler: “(...) Mas quem ignora que a Igreja foi invadida por uma corja de alicantineiros, desfrutadores, como nunca ocorreu em tão grande número, ao longo de toda a sua história? (...) A orquestra vermelha, como a sonata de tartini, ‘Trilo do Diabo’ começou por empolgar os seminários, corrompendo o do Viamão. Todos puseram-se a dançar aos acordes da música: os frades do ‘Brasil Urgente’; clérigos nordestinos, reverendos de Universidades católicas, dominicanos das Perdizes que fizeram do convento um covil, em que se conspirava contra o Brasil (...) não foi somente ele quem denunciou a existência dos padres metidos no movimentos de comunização do clero, mas um dos mais ilustres sacerdotes do Brasil, o Bispo de Diamantina, o qual não entrou na hierarquia da Igreja pela janela, mas pela porta da frente, D. Geraldo Proença Sigaud. Há – afirmou ele – uma penetração, cada vez maior e mais perigosa das teses marxistas e comunistas nos seminários e conventos (...) A verdade é que o maior culpado de todo este badanal não é só o padre, mas principalmente o Bispo que o governa (...) o Arcebispo de São Paulo, que não deve privar-se nunca do que Pio XII chamou ‘o dever gravíssimo de prover e vigiar (...) Se D. Evaristo emudece diante das afrontas e aberrações do seu comandado, é claro que, com o silêncio e a omissão, se presume que a opinião do padre é também a dele”²⁸.

Esta matéria elencou uma diversidade de assuntos comentados na época como divórcio, celibato. Mas nela o tom desmoralizador se endereçou à pessoa de D. Paulo e ao semanário da arquidiocese *O São Paulo* que já incomodava o regime militar. A ação da Igreja que passou a tomar partido dos oprimidos precisava cessar.

Texto censurado: um cardeal proibido

No dia 22 de fevereiro de 1974 o cardeal de São Paulo tentou através do órgão de imprensa escrita da arquidiocese se comunicar com seu clero. A matéria foi censurada. Segue abaixo parte do texto que se tem acesso no Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo:

“Prezado Pe. Vigário, Paz e Bem! Três acontecimentos me levam a essa comunicação fraterna: o incêndio do edifício Joelma, a morte do Pe. Luis Gonzaga Biazzzi e as prisões de elementos ligados à nossa ação pastoral. 1.o – (...) celebramos missa em sufrágio às vítimas do incêndio pavoroso (...) procuramos ainda conclamar a todos para a prevenção contra semelhantes catástrofes. 2.o – (...) exéquias do Côn. Luis Biazzzi, Vigário de Vila Guilherme. Apesar de a doença (câncer) que o vitimou (...) 3.o – Nosso Bispo Auxiliar Dom Lucas Moreira Neves teve ocasião de participar-lhe,

²⁸ ACMSP. Documentos em fase de catalogação.

na semana passada, a notícia de que se haviam efetivado numerosas prisões de elementos, direta ou indiretamente ligados à nossa Pastoral. Trata-se de pessoas empenhadas nos trabalhos da FASE, RENOV, Teatro Popular, Pastoral Operária etc. A certa altura desta semana conseguimos identificar nomes e circunstâncias de prisão de mais de vinte elementos, todos de uma ou de outra forma ligados à ação da Igreja. Entre eles figura o nome do Sr. Waldemar Rossi, membro da subcomissão paulista “Justiça e Paz”. Uma vez que tais prisões se fizeram de maneira mais do que misteriosa, sem mandato de prisão e sem atenções para com as famílias e as próprias pessoas, elas tinham que alarmar-nos. Mais. A Igreja não pode, em circunstância alguma, abandonar os filhos que a ela se dedicam. (...) Dom Lucas, com o apoio irrestrito dos Vigários Episcopais e do Conselho de Presbíteros, não só comunicou o ocorrido a todos os Padres, mas empenhou-se incansavelmente pelos presos e seus familiares. O mesmo fizeram os sacerdotes e fiéis das comunidades atingidas. Destaque especial mereceram os intrépidos advogados. (...) Gostaria que comunicasse a todos os que rezaram ou de outra forma contribuíram para a solução, as seguintes notícias: a) a maioria dos que estiveram presos no início da semana já estão soltos e outros prestes a recuperar a liberdade; b) continuam presas diversas pessoas, com as quais esperamos comunicarmos em breve; c) não sabemos ainda os motivos reais das prisões, embora tenhamos certeza de que muitos interrogatórios versaram sobre a ação e organização da Igreja; d) alguns sofreram muito, e nos toca a nós elucidar, por que tais métodos absurdos continuam a ser empregados. Meu prezado Pe. Vigário, espero ter cumprido um dever ao participar-lhe tais ocorrências (...). Vivemos para servir, na certeza da Ressurreição. Um abraço de seu Paulo Evaristo, Cardeal ARNS”.

Catolicismo no Brasil: entre a contestação e a legitimação

Uma parte da Igreja no Brasil lutou contra as arbitrariedades do regime militar. O conceito da Igreja “*unidade na diversidade*” tornou-se ambíguo no seio da própria Igreja nestes tempos difíceis. Foi uma minoria do colegiado episcopal que se uniu para defender o direito do povo contra a opressão do regime. O comentário feito por um jornalista no *Jornal do Brasil* sobre uma reunião da CNBB em Aparecida, SP, no ano de 1967 demonstra o que aconteceu no episcopado brasileiro naquele período: “(...) a CNBB tinha sido, antes, uma cabeça sem corpo, e era agora um corpo sem cabeça”²⁹. “(...) O golpe forçou uma regressão na Igreja brasileira, provocou uma crise institucional dentro da qual a organização se defrontou com

²⁹ T. C. BRUNEAU. *O Catolicismo brasileiro em época de transição*, p. 228. APUD. Otto Engel, *Jornal do Brasil*, 4 de maio de 1967.

*varias contradições que a tornaram incapaz de reagir à constante diminuição de influência*³⁰.

O Concílio Vaticano II avançava em questões sociais e a Igreja no Brasil sofreu com respostas antagônicas. Sua colegialidade foi colocada a prova. Homens como D. Helder Câmara queriam colocar em prática as ações sociais propostas na declaração de Paulo VI, a *Populorum Progressio*. Outros bispos preocupados com suas posições se curvaram à situação política brasileira. Afinal, aquelas idéias de direitos aos excluídos poderiam retinir aos ouvidos do poder como um “manifesto comunista”. Aqui em São Paulo não foi diferente. A omissão às arbitrariedades do regime só encontraram oposição da hierarquia em São Paulo com a nomeação de D. Paulo Evaristo Arns que substituiu o Cardeal Rossi ao ser designado para assumir um cargo na Cúria Romana, sendo prefeito da Congregação da Evangelização dos Povos. D. Helder Câmara foi constantemente “lembrado” pelos generais do regime: “*Helder Câmara, que, há muitos anos abandonou seus afazeres pelo turismo na Europa, a pretexto de conferências para falar mal do Brasil (...)*”³¹

O jornal da arquidiocese foi um veículo de comunicação importantíssimo para a Igreja de São Paulo e seu Cardeal intercederem pela população brasileira. Mesmo com toda perseguição a luta pela liberdade aconteceu na arquidiocese.

A Igreja caminha para a esquerda?

O jornal *O São Paulo*³² publicou um editorial com o título “*A Igreja caminha para a esquerda?*”. Este editorial teve 40 linhas censuradas, saiu mutilado em sua essência. Principalmente no que se refere ao subtítulo “*Resposta ao MEC*”. O texto comentava um relatório de 31 de janeiro de 1974. Redigido pela *Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Educação e Cultura*. O relatório acusava a Igreja de ter em seu seio infiltrações marxistas. Este Órgão citou em seu texto “*um frade dominicano*” que o jornal indicou nominalmente como sendo o dominicano *Frei Beto*. Na ocasião Frei Beto foi libertado após dois anos de prisão. Condenado por “*atividades subversivas e de apoio à guerrilha*”. Seu nome foi censurado do texto original que seria publicado. Mas, no entanto, não foi censurada nenhuma linha da opinião de D. Geraldo

³⁰ Ibidem, p. 228.

³¹ AESP. DEOPS – 50-D-26-5708-5710. Relatório mensal de informações n.º 03/78/CISA.

³² A publicação do jornal *O São Paulo* é semanal. Este editorial é da semana de 9-15 de fevereiro de 1974.

Proença Sigaud que comentou o marxismo na Igreja. O bispo de Diamantina/MG, havia participado dias antes na cidade do Rio de Janeiro do *II Congresso da Confederação Anti-Comunista Latino-Americana*. Onde falou na sessão de abertura para os congressistas de todo o Continente.

Na mesma página o título de outro editorial: *“A propósito de um documento”* responde ao documento do MEC em seis pontos. No editorial se escreveu que: *“(...) a grave denúncia torna imperiosos os seguintes esclarecimentos no que diz respeito à Igreja e suas instituições (...) 1. É certo que de alguns anos para cá veio alterando-se a tática do combate a religião por parte de marxistas e comunistas (...)”*. Mas o que seria a conclusão do editorial foi censurado. O editorial chegaria à população assim: *“Parece injusto, entretanto, e simplista, dividir os brasileiros em dois grupos – o dos patriotas e o dos antipatriotas – situando todos os que refletem, criticamente, sobre a situação nacional, entre os segundos. Também amam o Brasil os que o desejam mais humano, mais fraterno e mais cristão.”*³³.

Qualquer artigo destinado a conscientizar a população era censurado. Em poucas oportunidades no período do regime militar a imprensa nacional conseguiu uma chance para se posicionar em relação às arbitrariedades cometidas contra a população brasileira.

DEOPS, uma opinião sobre o cardeal Arns

O Cardeal Arns respondeu sempre que pôde a toda provocação do regime. Isto deixou alguns registros inflamados nos arquivos do *DEOPS* como o que se segue: *(...) não será fácil, sem morrer muita gente. Mas no dia em que o Partido Comunista conseguir sair vitorioso no Brasil, o primeiro a merecer uma estátua em praça pública não será Carlos Prestes, mas o ilustre cardeal de S. Paulo. D. Evaristo Arns, que se especializou em provocar o regime e a apoiar tudo aquilo que sirva de instrumento contra ele. (...) faz muito tempo que sua atividade é política. A serviço das esquerdas, que são o maior inimigo do regime brasileiro (...) as declarações de D. Evaristo são um primor de gaiatice (...) o que um bispo deve fazer é comportar-se com dignidade, para evitar que um general o chame de subversivo (...) Se um bispo não pode dizer se um general é bom em cavalaria, do mesmo modo não pode se meter em política (...) Sob pena de comprometer sua verdadeira missão sacerdotal (...) o general Euclides Figueiredo falou com base, conhecedor do problema de agitação de sua área por parte de religiosos”*³⁴.

³³ ACMSp. Documentos em fase de catalogação.

³⁴ AESP. DEOPS n 50-D-26-5708-5710. Relatório Mensal de Informações nº 3/78 CISA

Relatórios do arquivo do DEOPS

As declarações de alguns relatórios existentes nos arquivos do DEOPS têm um tom quase que passional. Não parece se tratar de um documento investigativo com uma opinião oficial. Estes relatórios não trazem nem a assinatura de quem os elaborou. Os fatos narrados sobre os atos praticados por seus *suspeitos* tomaram contornos pessoais, praticando a mesma arbitrariedade, meio utilizado constantemente naquele contexto. Pode-se fazer uma análise simplista destes relatórios da seguinte forma: A impressão que se tem é de que as pessoas recrutadas pelos órgãos de repressão passavam por uma lavagem cerebral³⁵.

O informe do DEOPS N. 204 S/104-CIE tratou da *“A infiltração de esquerda nos meios de comunicação de massa em São Paulo”*. O relatório comentou que existiam movimentos de esquerda atuando na imprensa de São Paulo. O caso foi tratado como preocupante. *“Antecedentes: Os meios de comunicação de massa sediados em São Paulo, por força da importância de sua área de atuação, foram sempre alvos de infiltração comunista (...) O atual estágio da infiltração de esquerda nos meios de comunicação de massa em São Paulo pode ser considerado preocupante. E isso menos pelo número de agentes em ação, mas mais pela sua agressividade e ousadia, como foi demonstrado no recente episódio que envolveu o suicídio de Herzog. (...) atuantes dentro dos jornais, rádios e televisões de São Paulo. A partir daí eles executam um verdadeiro plano de aproveitamento do êxito. Seus objetivos visam consolidar o domínio sobre as redações, afastar os focos de resistência democrática (...)”*. Fala-se de maneira ambígua e o nome dos supostos comunistas comprometidos não tem uma afirmação categórica de como atuavam. Em um parágrafo citam que determinado jornalista afastou da chefia da redação da *Folha de São Paulo* o chefe de formação anticomunista³⁶. Não ficou detalhado como esta informação chegou até o DEOPS. Sendo os documentos tratados como *Confidencial* se pode citar melhor a informação! Esta frase do *Ato da Penha* no ano de 1977 exprime o motivo da perseguição da Igreja em São Paulo: *“A Igreja não sofre perseguições quando se acomoda às injustiças, atuando somente na esfera tranqüila da sacristia e voltando-se para uma espiritualidade abstrata desligada dos problemas atuais (...) não basta exigir que o governo ponha fim às arbitrariedades contra os missionários. As arbitrariedades continuarão, se continuarem as estruturas da*

³⁵ AESP. DEOPS n. 50-D-26-5708-5710; 50-Z-9-43611-43617.

³⁶ Os nomes foram preservados por se tratar de profissional em atividade e de projeção na mídia nacional. Consultar AESP-DEOPS n.º 50-Z-9-43611-43617.

injustiça que as provocam. E essas estruturas só serão modificadas quando o próprio povo puder propor e encaminhar as mudanças a seu favor”³⁷.

O ato da Penha foi em desagravo à perseguição à Igreja em todo o Brasil. Uma Igreja que assumiu com a população a pesada cruz que teve de carregar. Apoiou a população e seus fiéis e defendeu seus irmãos no episcopado da Igreja no Brasil. Os bispos de São Paulo defenderam Dom Pedro Casaldáliga e Dom Tomás Balduino³⁸. Uma acusação de marxização na Igreja partiu da desinformação de Dom Geraldo Proença Sigaud o extremo conservador bispo de Diamantina/MG, e do governo militar. D. Paulo resumiu bem esta história de marxização da Igreja a um grupo de jornalistas no Hotel Hilton: *“Os bispos provaram à sociedade que não são comunistas, pois seus argumentos se centralizaram em três pontos que resumem o cerne da questão: não são ateus, não são materialistas e são contrários a toda e qualquer ditadura”³⁹.*

O *Jornal do Brasil* noticiou algumas matérias importante no início do cerco da censura aos meios de comunicação. No dia 10 de maio de 1972 o JB publicou uma reportagem sobre o boletim *Ecclesia* da arquidiocese de São Paulo. O texto era um protesto contra a censura: *“(…) Em editorial publicado na primeira página de sua edição de ontem, o Boletim informativo do Centro de informações Ecclesia diz que ‘o mínimo que se pode desejar dos modernos instrumentos de comunicação social é a verdade dos fatos que divulgam (...) Lamentavelmente – continua o editorial de Ecclesia – como se poderá deduzir até mesmo de informação divulgada através deste boletim, nem mesmo a imprensa católica, pela primeira vez em sua história, está encontrando a liberdade para um leal serviço da verdade. Os seus modestos recursos de comunicação encontram-se sob censura e pressões de toda ordem, sem poder informar e, menos ainda, apreciar, criticamente, os acontecimentos do país. Haverá, perguntamos, algum benefício para o bem comum decorrente de tal situação, violadora do Artigo 1º da Lei de Imprensa, promulgada solenemente a 9 de novembro de 1967, neste Governo?”⁴⁰.*

O JB publicou também a notícia da ação que o jornal paulista *O Estado de São Paulo* impetrava contra a União, alegando prejuízo por causa da censura. A notícia foi veiculada na edição de 2 de junho de 1973.

³⁷ E. SYDOW; M. FERRI. *Dom Paulo Evaristo Arns um homem amado e perseguido*. p. 219.

³⁸ Bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia e bispo de Goiás.

³⁹ E. SYDOW; M. Ferri. *Dom Paulo Evaristo Arns um homem amado e perseguido*. p. 218 APUD, Diário Popular.

⁴⁰ ACMSP. Documentos em fase de catalogação.

“(...) O juiz da 1ª. Vara da Fazenda Federal, Sr. Luis Rondon Teixeira Magalhães, está estudando a ação ordinária ajuizada pelo jornal O Estado de S. Paulo contra a União, argüindo prejuízos com a censura imposta ao jornal, (...) O procurador Muylaert vai comparar as informações da Polícia Federal, que é agente da censura, com os elementos constantes dos autos do processo (...)”⁴¹.

A ousadia contra a imprensa estava no começo. O art. 9º do AI-5 conferia ao Presidente da República o direito de suspender a liberdade de reunião e de associação e estabelecer a censura de correspondência dos meios de imprensa, comunicações e toda diversão pública. O art. 152, parágrafo 2, alíneas D e E da constituição de 1967 também facultava ao Presidente o mesmo poder para censurar a imprensa.

O jornal *O Estado de São Paulo* em sua edição de 15 de fevereiro de 1978 duvidou de seu fim. O título da matéria foi: *“Censura interrompe vetos a notícias, pode ser teste”*. Segue anunciando que: *“(...) Como ninguém se sente garantido, as aberturas nos noticiários são irrelevantes. Nenhum editor se animou, por exemplo, a encerrar noticiosos com informações nacionais. Continua o recurso de fechar os jornais com noticiário internacional habitualmente olhando com benevolente desinteresse pela censura”*.

O jornalista Ewaldo Dantas Ferreira acusou “a censura” de discriminadora. Diretor do semanário da arquidiocese de São Paulo, ele reclamou que: *“O que estamos sofrendo no ‘O São Paulo’ não é mais censura, é um ato de provocação, de covardia, pois matérias que já foram publicadas por outros órgãos da imprensa estão sendo vetadas no jornal da Igreja”*. Esta matéria foi publicada no dia 5 de agosto de 1977 no jornal *O Estado de São Paulo*.

Comissão Justiça e Paz

A Comissão Justiça e Paz de São Paulo teve seu início em 1972, por iniciativa do arcebispo D. Paulo Evaristo. Sua historia se confunde, de certa forma, com o próprio desenvolvimento ou subdesenvolvimento dos direitos humanos no Brasil, nas décadas de 60 e 70.

Se, durante muitos anos, determinada pela realidade em que o país vivia, com a prática sistemática de tortura e assassinatos por motivos políticos praticados pelo regime militar, a ação da Comissão de Justiça e Paz, sem descurar das violações no plano dos direitos sociais, voltou-se preferencialmente para a luta contra a prisão ilegal, a tortura e morte de

⁴¹ Ibidem.

presos políticos, sempre dando total apoio e solidariedade aos familiares desses desaparecidos. Na fase da *democratização* se entrava num novo momento: a priorização à educação em direitos humanos.

O projeto de educação em Direitos Humanos, em nível informal e formal, suscitou, através de cursos e seminários, a publicação de livros e a edição de vídeos sobre o tema⁴².

Em 1975, o presidente da Comissão era o advogado Dalmo Dallari. Um dia, chamou D. Paulo e explicou que a instituição não era um órgão da Igreja, mas ligada a ela, que atuavam em terreno perigoso e por isso era necessário dar personalidade jurídica ao órgão para que não fossem apanhados de surpresa, evitando, dessa forma, as constantes acusações de ser uma organização subversiva. O cardeal concordou. Imediatamente Dallari convocou uma reunião entre os membros da comissão e juntos fizeram o estatuto. O documento foi registrado em cartório. Algum tempo depois, o que o advogado temia se confirmou. Ele foi chamado pela Polícia Federal para explicar o que era *aquela organização subversiva, Comissão Justiça e Paz*. Para surpresa do delegado, Dallari tinha levado o estatuto devidamente regularizado. A Comissão era uma sociedade civil legalmente constituída⁴³.

Entre outras atividades desta Comissão participou das comemorações da Semana Santa de 1988, em Marabá, em solidariedade às vítimas do massacre de garimpeiros de Serra Pelada. Elaborou um documento e o tornou público sobre a morte dos trabalhadores de Volta Redonda. Apoiou os funcionários demitidos do Metrô de São Paulo em 1988, bem como os assentados da Fazenda Reunidas, em Promissão/SP. Em 1989, deu total apoio à greve dos professores da rede estadual de São Paulo.

Além destas atividades, participou ativamente dos trabalhos do Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte Federal, bem como na mobilização pela Constituinte Estadual, tendo apoiado alguns seminários sobre o assunto.

Dentro de seu projeto de Integração Latino-Americana, membros da Comissão Justiça e Paz estiveram em Montevidéu, Buenos Aires, Santiago do Chile e Costa Rica, trabalhando e pesquisando na área da

⁴² Entre os livros se destacam *Direitos Humanos: um debate necessário* (2 volumes) e *Direitos Humanos*, com artigos de Marilena Chauí, Fabio Konder Comparato, Antonio Candido de Mello e Souza, Herbert de Souza, Carlos Idoeta e prefácio de D. Paulo Evaristo Arns.

⁴³ E. SYDOW-M. FERRI. *Dom Paulo Evaristo Arns. Um homem amado e perseguido*. P. 180.

Educação em Direitos Humanos. Participou do Seminário vinculado à Comissão Internacional dos Juristas, em Buenos Aires; da Conferência Mundial de Dirigentes Espirituais e Parlamentares sobre a sobrevivência humana, em Oxford, na Inglaterra; do Seminário Internacional sobre escravidão na USP, em São Paulo; coordenou o Seminário de Cinema: direitos humanos no Terceiro Mundo, realizado na XVII Jornada Internacional de Cinema da Bahia e do II Encontro Ibero Americano de Organizações de Direitos Humanos em Badajoz, na Espanha.

A Comissão de Justiça e Paz elaborou uma pesquisa, com o apoio do CEBRAP (Centro Brasileiro de Pesquisas), sobre as condições de vida na cidade de São Paulo da qual resultou a publicação do livro *São Paulo: Trabalhar e viver*, que atualizou um outro texto: *São Paulo: crescimento e pobreza* (1978)⁴⁴. Presidiu o Tribunal Ticuna, que julgou a política do governo federal em relação às nações indígenas.

Naquele ano de 1975, em dezembro, o clero de São Paulo decidiu concelebrar uma missa de solidariedade a Dom Paulo Evaristo Arns. Nessa ocasião o arcebispo estava sendo muito criticado por sua luta contra a repressão do governo militar. A celebração aconteceu na Catedral da Sé e contou com a presença de 300 padres e bispos. Quando o cardeal entrou no templo, foi aplaudido por mais de 3 mil pessoas. Emocionado, no final da cerimônia o cardeal se pronunciou: *Queria pedir a todos que, em primeiro lugar, me permitissem amá-los em todas as circunstâncias e errar de vez em quando, querendo acertar. Que esse amor nos ligue sempre no sentido de solidariedade. Gostaria de pedir também que nos avistássemos sempre de olhos abertos. No momento em que aqui estamos, um padre estrangeiro, François Jetel, que durante 20 anos deu o melhor de si no interior do país, que foi condenado e absolvido, foi seqüestrado, na manhã de hoje, na sede da CNBB do Rio de Janeiro, para reaparecer à tarde e ser obrigado a voltar para a França*⁴⁵.

Ainda no ano de 1975 uma grande arbitrariedade havia acontecido no Brasil. O ato extremista e autoritário do regime militar: o assassinato,

⁴⁴ Este livro possibilitou um estudo da ação pastoral da Igreja de São Paulo. Através de ampla divulgação, toda a Igreja foi convocada para a discussão e, ao final, em Assembléia Arquidiocesana, padres coordenadores, religiosos e leigos, representantes de 38 setores da arquidiocese sob a orientação do Colégio Episcopal aprovaram, em novembro de 1975, o primeiro Plano Bienal de Pastoral com 4 prioridades: Pastoral do Mundo do Trabalho, dos direitos humanos e marginalizados, da periferia e das CEB's.

⁴⁵ E. SIDOW-M. FERRI. *Op.cit.* p.183.

dito pelos militares à época como suicídio⁴⁶, de Vladimir Herzog (Vlado). A perda dolorosa do jornalista da TV Cultura, casado com Clarice, pai de dois filhos trouxe uma situação de grande comoção da sociedade não só de São Paulo, mas de todo o Brasil⁴⁷. O culto ecumênico preparado para o dia 31 de outubro de 1975 dentro de um clima tenso. A reação do governo à idéia do culto ecumênico sempre foi muito violenta. Os jornais publicavam as advertências do sempre coronel Erasmo Dias. A pedido do presidente da República, Ernesto Geisel, Paulo Egydio Martins que era o governador do Estado mandou à casa de D. Paulo dois de seus secretários para pedirem o cancelamento da cerimônia. *Digam ao governador que o arcebispo estará com aqueles que Deus lhe confiou. Custe o que custar, ele cumprirá o dever. Agradeço a visita, mas digam ao governador que o povo se manterá calmo. Portanto, todo o mais correrá por conta dele.*

Eram mais de oito mil pessoas dentro da catedral e do lado de fora uma multidão, apesar de todos os esforços do regime militar para isolar a área. *A Catedral ressoou. Era canto, era choro, era oração. Promessa de que isto não aconteceria mais entre nós: filhos órfãos, mãe viúva, assassinio por torturas de um funcionário pacífico e cumpridor do dever*⁴⁸. O reverendo Jaime Wright, o rabino Henri Sobel, D. Helder Câmara, alguns políticos como o deputado Natal Galé, o senador Orestes Quércia e o deputado Airton Soares estavam lá. Também marcaram presença o ator Walmor Chagas e o autor Plínio Marcos. Eram inúmeros os estudantes universitários. O culto aconteceu dentro da maior normalidade possível. No final D. Paulo Evaristo foi confortar Clarice Herzog e os seus filhos. A política brasileira vivia um momento de grande importância: o regime militar começava a dar sinais de desmoronamento. O ato canalizou a indignação da sociedade contra a ditadura e a repressão no Brasil. E entrou para a história como o início da mobilização pela redemocratização⁴⁹.

⁴⁶ 'Ninguém, absolutamente ninguém, acreditou, nem por um segundo, que pudesse ser suicídio', afirma o cardeal Paulo Evaristo em relato elaborado em 1979 e citado em *O São Paulo* 25 de outubro de 2000, p. 7.

⁴⁷ A narração, com detalhes, deste fato é encontrado em E. SIDOW-M.FERRI. *op.cit.* 184-206; F. P. JORDAO. *Dossiê Herzog*. São Paulo, 1979; T. LANDAU. *Vlado Herzog – o que faltava contar*. Petrópolis, 1986.

⁴⁸ D. Paulo Evaristo Arns. *O São Paulo*. 25 de outubro de 2000, p. 7.

⁴⁹ Em 1979 o Sindicato dos Jornalistas e Profissionais do Estado de São Paulo, a Comissão de Direitos Humanos da Cúria Metropolitana, a Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) – Seção São Paulo e Comitê Brasileiro pela Anistia, instituíram o Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos. O objetivo era criar uma premiação para matérias veiculadas na imprensa que versassem sobre a promoção dos direitos humanos e sociais. Na primeira edição o jornal *O São Paulo* recebeu o prêmio com a

Eram tempos de ditadura e repressão, de prisões arbitrárias de todos que ousavam pensar diferente, de torturas e assassinatos, de *desaparecimentos* de militantes políticos.

Em 1979, o cardeal Arns pôde contar com a ajuda de mais um bispo auxiliar, D. Décio Pereira, um padre do bairro da Penha que foi pároco na PUC, na invasão da PUC, D. Décio era acusado por Erasmo Dias de estar escondendo estudantes na paróquia da Universidade e também trabalhou na chancelaria da arquidiocese, setor pelo qual passam os documentos oficiais do arcebispo. Com a nomeação para bispo, foi designado para a região Sé. Era mais um bispo para auxiliar o cardeal nesta grande tarefa da evangelização na megalópole.

A Comissão de Justiça e Paz participa de outras entidades como: IDEC (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor), Comissão contra Discriminação da Secretaria de Estado da Educação, grupo de reorientação curricular da Secretaria Municipal da Educação (1989), Conselho Estadual de Emprego e Mão de Obra, Assessoria Jurídico Popular, A.A.L.A. Associação dos Advogados Latino Americanos pela defesa dos Direitos Humanos, A.B.J.D. Associação Brasileira de Juristas Democratas, Comissão Teotônio Vilela, C.P.T.A. Comissão de Expertos para a Prevenção da Tortura e outros.

A Comissão Justiça e Paz de São Paulo mantém convênio com S.O.S. Tortura, com sede em Genebra, tendo dirigido, a pedido da entidade, 109 cartas a chefes de Estado, solicitando providências pela restauração dos direitos humanos violados.

Com mais de trinta membros, a Comissão tinha sua presidência através de Marco Antônio Rodrigues Barbosa, sua vice-presidente Márcia Jaime, sua tesoureira Margarida Genevois e seu secretário Antonio Carlos Malheiros⁵⁰.

Avenida Higienópolis, 890. Este era um dos endereços mais procurados na América Latina durante o período da ditadura militar. Neste local ainda se localiza a Cúria Metropolitana de São Paulo. Era para onde iam refugiados políticos e familiares de desaparecidos desesperados e sem ter a quem recorrer. No Brasil, que timidamente começava uma abertura política, continuavam existindo provas de que

matéria *Policia prende e arrebeta trabalhadores*. Atualmente, além das entidades citadas, promove este premio o Vicariato da Comunicação da Arquidiocese de São Paulo.

⁵⁰ Chancelaria do Arcebispado. *Relatório Quinquenal 1985-1989*. p. 115.

muita coisa ainda precisava ser feita para acabar com os desmandos do regime militar. As mortes de Vladimir Herzog e Manoel Fiel Filho não representaram o fim das arbitrariedades. No dia 30 de outubro de 1979, mais um operário foi morto: Santo Dias da Silva. O cardeal Arns relata como foi informado da morte de Santo Dias e todos os seus desdobramentos⁵¹ e afirma quando visitou o Instituto Médico Legal de São Paulo: *Todos se retiraram e eu me aproximei do cadáver, colocando o dedo indicador dentro da ferida e rezando o pai-nosso, olhando ao mesmo tempo para Deus e para mais ou menos uma dúzia de delegados que me assistiam naquele momento. Ao ver Ana, a esposa, entrando, falei aos funcionários da polícia 'vejam o que vocês fizeram'!*⁵²

No período de 1990 a 1994 não foi diferente. Inserindo-se, não apenas na Pastoral Urbana desenvolvida na Arquidiocese de São Paulo, mas em diversos problemas nacionais, que exigiram sua participação, eventualmente até em nível internacional, a Comissão de Justiça e Paz, passada a fase perante os desmandos da ditadura militar, ainda se vê às voltas com mortos sem sepultura, com um profundo desrespeito à vida e ao ser humano, que caracteriza boa parte da sociedade brasileira. Em 1990, no cemitério de Perus, bairro da periferia da capital paulista, foi encontrada uma vala comum contendo cerca de 1500 ossadas, das quais, como se apurou posteriormente, um terço pertencia a crianças de idade entre zero e oito anos. Mortos por morte natural ou assassinados? Indigentes ou desaparecidos políticos?

Pastoral Operária

A Pastoral Operária (PO) da arquidiocese de São Paulo, em 2004 completa 34 anos de atividades pastorais junto aos trabalhadores paulistanos. A PO surgiu da determinação de um grupo de trabalhadores, conscientes de sua missão pastoral e de seu papel histórico como agentes de transformações sociais. Para isso foi determinante o apoio de muitos sacerdotes e religiosos comprometidos com a causa do oprimido.

A história desses trabalhadores esta vincula aos trabalhos desenvolvidos pela Juventude Operária Católica (JOC) ao longo de dezenas de anos no Brasil. Uma vez na idade adulta, resolveram levar suas experiências para dentro das Comunidades de Base. Lá, inúmeros grupos de trabalhadores cristãos foram se formando, buscando ligar suas

⁵¹ D. Paulo Evaristo Arns *Da Esperança à Utopia*. pp. 195-196.

⁵² *Ibidem*. p. 196.

vidas de trabalho às exigências evangélicas. A preocupação com o desenvolvimento da solidariedade entre os trabalhadores gerou uma série de experiências no campo da conscientização e da organização operária a partir das fabricas ou do local de trabalho.

A Pastoral Operária se oficializava, em São Paulo, no ano de 1970 devido aos crescentes conflitos entre o capital e o trabalho, no qual centenas de trabalhadores cristãos, com profunda inspiração evangélica, tornavam-se protagonistas conscientes. Diante de tal quadro de enfrentamento, o então arcebispo de São Paulo, D. Agnelo Rossi, nomeou frei Luiz Maria Sartori para aglutinar os cristãos dos vários movimentos de trabalhadores e empresários existentes na Arquidiocese, buscando organizar uma única Pastoral do Trabalho. A celebração da primeira missa por salário justo se deu no dia 18 de outubro daquele ano. Muitas outras pastorais operárias diocesanas surgiram no Brasil coordenadas pela Comissão Pastoral Operária Nacional.

Contribuíram para a organização da PO os avanços da Igreja com o Concílio Vaticano II, a Conferência de Medellín, o florescimento das Comunidades de Base e o surgimento da Teologia da Libertação. As condições se tornaram ainda mais objetivas com o golpe militar de 1964. A cassação de lideranças sindicais e a nomeação de um punhado de traidores da classe operária como interventores nos principais sindicatos brasileiros provocou um novo ciclo do sindicalismo: o peleguismo transformou o sindicato em órgão de assistência social; os trabalhadores iniciaram a organização semiclandestina a partir das fabricas, o que permitiu uma razoável acumulação de forças capaz de – com o passar do tempo – fazer frente aos pelegos e à ditadura.

Durante todos esses anos de atuação em São Paulo, a PO conseguiu ser um instrumento fundamental na formação e preparação teórico-prática de varias centenas de operários através dos seus grupos de base. A aplicação do seu original método ver, julgar e agir, robustecido pelo da pratica, teoria, pratica, permitiu aos seus militantes serem dotados de forte consciência crítica, política e evangélica, e de inabalável determinação para assumirem papel fundamental na construção de um novo sindicalismo e nos movimentos populares, contribuindo ainda para a constante evolução da igreja em seus compromissos com os excluídos.

O preço desta ousadia foi bastante caro, porém de enorme valor para o catolicismo e, especialmente para a sociedade. Custou desemprego, prisões e torturas a vários de seus militantes; custou a vida

de Luiz Hirata, assassinado nos porões do DOI-Codi em 1971, e de Santo Dias, em 1979.

Centro Santo Dias de Direitos Humanos⁵³

O Centro Santo Dias foi fundado em 1980, integrando a ação evangelizadora da Igreja em São Paulo. O seu objetivo era assessorar os diversos Centros de defesa dos Direitos Humanos existentes nas Regiões episcopais e motivar a criação de novos centros. Fundando no período da ditadura militar o Centro estimulava a prática dos Direitos Humanos. Era a grande bandeira de luta do catolicismo em São Paulo, por causa da opressão e desrespeito aos direitos fundamentais da pessoa humana, sobretudo os empobrecidos e marginalizados. Além destas atividades atuava em duas áreas de direitos humanos: violência policial e moradia. Na fundação, o Centro tinha como coordenadores o jurista Hélio Bicudo, o Ver. Jaime Wright, Teresa Brandão, Fermino Fecchio e o Ir. Michael Mary Nolan. A sede do Centro era a própria Cúria Arquidiocesana. No primeiro ano foram atendidos 26 casos.

Em 1985, o Centro Santo Dias atendeu 117 casos, na sua maioria de violência policial. Atuou em crimes de imprensa por calúnia e difamação contra bispos e padres da arquidiocese. Promoveu reuniões com os familiares das vítimas de violência, procurando que cada família tomasse consciência de que a violência não é questão isolada, mas atinge várias famílias. O Centro procurou refletir sobre o papel do aparato repressivo do Estado e, a partir de fatos reais, procurou pistas para uma verdadeira segurança da população.

Em 1986 foram 143 casos atendidos, cresceram o número de casos de moradia. O destaque foi à promoção do debate sobre *Justiça Militar e Constituinte*, com juristas, advogados e o Presidente do Tribunal de Justiça Militar do Estado. Em 1987, os casos atendidos chegaram a 140. Neste ano se começou a elaboração do projeto do livro *Justiça Militar do*

⁵³ O Centro de Direitos Humanos recebe o nome de Santo Dias: é uma homenagem ao operário assassinado em 1979 por um policial militar, por ocasião de uma greve em frente à fábrica onde trabalhava em Santo Amaro, zona sul de São Paulo. Santo Dias era um operário católico, Coordenador da Pastoral Operária Arquidiocesana. Santo era de Terra Roxa, interior de São Paulo. O corpo do operário foi velado na igreja da Consolação e de lá levado para a Catedral. O cortejo atraiu uma multidão de pessoas para o centro da cidade. O cardeal celebrou a missa de corpo presente. A morte de Santo Dias não enfraqueceu o movimento operário. A luta por melhores salários e condições de trabalho se intensificou no ano seguinte. Assim, nasceu o Centro e D. Paulo Evaristo Arns, nesse tempo era o Presidente de Honra. Confira também a homenagem ao símbolo da luta contra a ditadura em *O São Paulo*, 28 de outubro de 1998, p.6.

Estado: impunidade e violência, o texto procura retratar a estrutura e funcionamento do Tribunal de Justiça Militar e os crimes cometidos por policiais, em especial contra a vida.

No ano de 1988, o Centro Santo Dias atendeu 170 casos. Foi preparada uma cartilha popular sobre o capítulo da Constituição que trata dos Direitos individuais e coletivos. O Centro coordenou a entrega do primeiro Prêmio Nacional de Direitos Humanos e D. Paulo Evaristo Arns foi o agraciado. Produziu o filme *Reforma Urbana*, um documentário que registrou a situação habitacional em São Paulo, passando por cortiços, favelas. O Centro representou o Brasil no II Congresso Ibero-americano de Entidades de Direitos Humanos, na Espanha. Neste período o Centro Santo Dias estava estruturado com 4 diretores: Jose Queiros, Helio Pereira Bicudo, Benedito Domingos Mariano e Thereza Brandão Machado.

Centro Oscar Romero

O Centro Oscar Romero foi fundado na Região Episcopal Ipiranga, como resolução e gesto concreto da Campanha da Fraternidade de 1980, tendo como objetivo principal atuar como órgão em defesa dos Direitos Humanos. É fruto do trabalho, idéias e ideal de profissionais cristãos comprometidos com a necessidade que todo o ser humano conheça e defenda os seus direitos como cidadão, para que se reverta o processo de exclusão e marginalização da sociedade.

Nestes últimos vinte anos muitos trabalhos foram desenvolvidos: atendimento jurídico, organização dos plenários para a elaboração da Constituição Federal de 1988, organização do Conselho de Cidadania da Região Sudeste, Participação no Conselho Tutelar, elaboração das Cartilhas *Conquistando a Cidadania* e *Criança Cidadã*, palestras de cidadania em Escolas, Igrejas, Pastorais, assessoria a grupos que atendem crianças e adolescentes, campanha do desarmamento. O Centro Oscar Romero tem sua sede na rua Gravi, 62, na Praça da Arvore.

Pastoral da Criança

Em 1985, sob a orientação direta e pessoal da Dra. Zilda Arns Neumann foi implantada a Pastoral da Criança em todas as Regiões Episcopais da Arquidiocese de São Paulo. A equipe de coordenação eleita foi assim constituída: Alice Yano Kazuka, Ir. Judith Elisa Lupo, Ir. Pierrette Lahournère e dra. Wanda Eugencia Neves.

Desde seu início a equipe de coordenação se empenhou em atingir as ações básicas propostas: apoio e atenção à gestante (aleitamento materno, vacinação, acompanhamento do crescimento e desenvolvimento, terapia e reidratação, alternativas alimentares de baixo custo e alto valor nutritivo).

Em 1989, com a divisão da arquidiocese e a criação de 4 novas dioceses, a Pastoral da Criança decidiu continuar o trabalho com as novas dioceses, devido à facilidade de comunicação e também pela estrutura já desenvolvida. Na Arquidiocese foi criada uma nova Região, em 1989, a Brasilândia. Nesta nova Região foi implantada a Pastoral da Criança com um primeiro treinamento para 21 líderes e coordenadores de comunidades.

Divisão da Arquidiocese de São Paulo (1989)

No dia 15 de março de 1989⁵⁴, tornou-se pública a decisão da Santa Sé de dividir o território de São Paulo, capital e municípios, em quatro dioceses, confiando-as aos seguintes bispos: D. Francisco Manuel Vieira (antiga Região Osasco), D. Emilio Pignoli (antiga Região Campo Limpo), D. Fernando Legal (antiga Região São Miguel Paulista) e D. Fernando Figueiredo (antiga Região Santo Amaro). D. Alfredo Novak, depois de dez anos na Região Lapa, foi transferido para a Diocese de Paranaguá.

Os outros antigos bispos nestas Regiões Episcopais permaneceram na Arquidiocese com a seguinte situação: D. Angélico Sândalo Bernardino (Região Brasilândia), D. Fernando Penteado (Região Lapa) e D. Antonio Gaspar (Região Sé)

Os bispos nomeados para as novas dioceses não seguiam a linha de Dom Paulo Evaristo. Com exceção de D. Francisco Vieira, que já trabalhava em Osasco como auxiliar do cardeal. Os religiosos vinham de experiências religiosas diferentes. Estavam mais preocupados com um trabalho espiritualista, o que certamente influenciaria nas ações realizadas essencialmente no campo social, coordenadas pelos bispos que agora estavam sendo sucedidos.

A imprensa se manifestou unanimemente afirmando que o Vaticano havia diminuído o poder do cardeal Arns, que não poderia mais

⁵⁴ *Na forma como ficou definido, as dioceses são independentes entre si e só ligadas ao Sumo Pontífice para determinadas questões. Desta forma ficou eliminada a interação dentro de uma imensa cidade, como o fizéramos em São Paulo. Foi esse, talvez, o capítulo mais triste de minha vida de arcebispo sob a orientação do Papa João Paulo II. Estas afirmações se encontram em D. Paulo Evaristo Arns Da esperança à utopia. p. 240.*

intervir nas novas dioceses. O intuito da Santa Sé, afirmavam revistas e jornais, era abalar a Igreja progressista de São Paulo. *A divisão feita pelo Papa João Paulo II na Arquidiocese de São Paulo, pela qual diminui drasticamente o poder e a influência do cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, representa um golpe decisivo na ala progressista da Igreja e na sua expressão ideológica, a teologia da libertação. A atitude do Papa não é importante apenas porque atinge a maior diocese brasileira (além de ser a mais radical na sua atividade política) e uma das maiores do mundo, mas principalmente porque se insere num conjunto de medidas que o Vaticano vem adotando há alguns anos para disciplinar e enquadrar a Igreja progressista. Em outras palavras, ela faz parte de uma política que vem sendo aplicada com os necessários cuidados e cautelas, como é próprio da instituição, mas implacavelmente*⁵⁵.

O Conselho de Presbíteros da Arquidiocese escreveu ao Papa João Paulo II para dizer que a surpresa de retalhar a Arquidiocese não havia agradado. *Faltaríamos, porém, com a sinceridade, se não expressássemos nossa imensa tristeza, pois que a criação das quatro dioceses autônomas e independentes que dividem de agora em diante a Cidade encerra a nossa caminhada pastoral iniciada em 1971. Caminhada difícil, marcada por muitos momentos de tensão e sacrifícios, mas de muitos e bons resultados pastorais. Faltaram, a nosso ver, maior sensibilidade, diálogo franco e as devidas consultas por parte das Congregações Romanas, sobretudo da Congregação para os Bispos, que nem sequer acusou o recebimento de carta nossa enviada em nome de todos os presbíteros da arquidiocese, em dezembro de 1988*⁵⁶.

A divisão foi um choque para os bispos, que consideravam que seria perdida a unidade da cidade. Souberam da decisão quando estavam reunidos em Itaiaci, numa Assembléia da CNBB. O decreto já estava pronto e foi entregue a Dom Paulo pelo nuncio, naquele encontro. O cardeal foi avisado ali que aqueles mais de dez anos de espera por uma resposta de Roma tinham sido em vão. A Arquidiocese, através de seu cardeal, havia proposto à Santa Sé uma nova estrutura para a Igreja de São Paulo, mas não neste estilo que era comunicado pelo Nuncio.

Os bispos das regiões, que haviam se transformado em dioceses, souberam que deveriam deixar seu local de trabalho e sua casa quando os novos bispos já haviam sido nomeados. Souberam na véspera que não eram mais os bispos daquelas regiões e que as casas que moravam agora eram de outros.

⁵⁵ *Jornal da Tarde*, in E. SYDOW-M.FERRI. *Dom Paulo Evaristo Arns. Um homem amado e perseguido*. P. 343.

⁵⁶ Relato de padre José Pegoraro, in E. SYDOW-M.FERRI. *op.cit.* p. 344.

No momento seguinte à divisão, D. Paulo conseguiu manter um bom andamento dos trabalhos na Arquidiocese, mas a divisão do território trouxe tristeza e um certo desânimo para as equipes que trabalhavam nas periferias. Houve um impacto negativo no encaminhamento pastoral. Um exemplo da reação negativa à divisão foi a carta *Rompendo o silêncio* elaborada por moradores de São Miguel Paulista.

A divisão da Arquidiocese deixou a Igreja de São Paulo numa situação geograficamente difícil de entender. A região episcopal de Osasco, por exemplo, quando ainda fazia parte da arquidiocese, tinha algumas paróquias que estavam no município de São Paulo. Não havia sentido ficarem em Campo Limpo, sendo que agora esta era uma nova diocese. Mas o pedido não foi aceito.

Nossa Senhora da Penha é a padroeira da cidade de São Paulo. Assim, foi solicitado que o santuário da Penha ficasse na arquidiocese. O pedido não foi aceito. O santuário ficou para a nova Diocese de São Miguel Paulista.

O Palácio do Governo de São Paulo ficou na Diocese de Campo Limpo, embora seja o arcebispo quem se relacione com o governador do Estado. Campo Limpo aliás, ficou com uma divisão dispar. Abrange os bairros do Morumbi onde mora um grande número de pessoas de alto poder aquisitivo, e do Jardim Ângela, um dos mais pobres e violentos da cidade.

Nobel da Paz

O lançamento oficial do nome de D. Paulo Evaristo Arns para o Prêmio Nobel da Paz aconteceu em março de 1989. O evento se deu na Faculdade de Direito do Largo São Francisco e contou com a presença de Dalmo Dallari, Adolfo Perez Esquivel, que veio ao Brasil para lançar a campanha também em Brasília, Porto Alegre, Rio Branco e Rio de Janeiro e presente também estava Luiza Erundina, prefeita de São Paulo. O movimento também teve grande apoio do jurista Helio Bicudo, da Frente Nacional do Trabalho, liderada por Salvador Pires, da Igreja Presbiteriana, da CNBB e de entidades ligadas a ela, da OAB, da ABI, de partidos políticos e sindicatos. No exterior, a colaboração vinha de países como a Holanda, Alemanha, França e Áustria, através de comitês que foram formados e trabalhavam para firmar a indicação do cardeal de São Paulo.

Todo o empenho, porém, não foi suficiente para a obtenção do Prêmio para D. Paulo. Cinco anos depois, a Fundação Niwano da Paz, de Tóquio, concedeu ao cardeal o seu 'Nobel'. Foi escolhido por representantes do islamismo, budismo e cristianismo.

D. Paulo Evaristo, 28 anos de arcebispado

A atuação do cardeal Arns durante todo o tempo que esteve à frente da Arquidiocese de São Paulo (1970-1998) foi marcada pelo confronto com o poder. No Brasil, lutou contra os generais do regime militar (1964-1985). No Vaticano enfrentou as perseguições de Roma contra a Teologia da Libertação.

Ao explicar sua atuação como religioso e político, D. Paulo afirma que se guia pela defesa de quem sofre. Essa premissa explica, por exemplo, por que o cardeal se envolveu na defesa tanto dos direitos humanos dos presos políticos quanto dos presos comuns, depois do regime militar. Explica também por que, depois da *aposentadoria*, ele continua se dedicando aos idosos e crianças carentes. D. Paulo reside numa casa no Jaçanã (zona norte da capital) comprada pela Arquidiocese.

A casa foi escolhida por ser próxima a um abrigo de idosos carentes onde D. Paulo continua exercendo seu ministério. O cardeal não parou de trabalhar, dentre outras coisas escreveu um livro autobiográfico: *D. Paulo Evaristo Arns: da esperança à utopia*. Um livro de grande importância para a história sua e da Arquidiocese de São Paulo, um testemunho.

A atuação de D. Paulo contra o regime militar culminou com a organização do livro *Brasil: Nunca Mais*. Publicado em 1985, ele fez um relato abrangente da repressão e da tortura no Brasil no período.

Entre os enfrentamentos no Vaticano, o mais marcante foi o pedido para acompanhar o teólogo Leonardo Boff⁵⁷ quando este foi interrogado pelo cardeal Joseph Ratzinger, da Congregação da Doutrina da Fé, antigo Tribunal do Santo Ofício da Inquisição. O pedido, feito também por D. Aloísio Lorscheider, foi inédito na história da Igreja Católica. O teólogo havia sido convocado para explicar os fundamentos da Teologia da

⁵⁷ D. Paulo Evaristo Arns *Da esperança à utopia*. p. 253.

Libertação, que utiliza um instrumental marxista de análise para a teologia⁵⁸.

Questionado sobre como gostaria que sua gestão em São Paulo fosse lembrada, D. Paulo afirmou: *Gostaria que esse período fosse considerado como uma transição entre uma igreja onde havia pouca participação do povo para outra onde o povo é convidado a participar*⁵⁹.

Uma das últimas atividades de D. Paulo como cardeal arcebispo foi a celebração do 1º de maio na catedral da Sé. Na celebração o cardeal fez duras críticas ao Brasil da fome e ao desemprego⁶⁰. A juventude paulista sofre com um grande desafio que é a busca do primeiro emprego⁶¹

Despedida de D. Paulo, a celebração da gratidão

No dia 17 de maio de 1998⁶² aconteceu na Catedral da Sé a celebração de despedida de D. Paulo Evaristo Arns. A celebração teve como tema *Fizemos o que devíamos fazer!*

Cerca de 5 mil pessoas tentavam garantir um lugar dentro da igreja, muitas tiveram que se contentar em participar da missa do lado de fora da Catedral. Uma grande fila dupla de seminaristas, padres, bispos se formava na entrada do local, tendo como fundo musical a canção *Clube da Esquina II*, interpretada por Milton Nascimento. Os religiosos começaram a entrar e seguiram em direção ao presbitério, onde, aos poucos, foram se organizando para a celebração. No final da fila caminhava D. Paulo, aplaudido pelos fiéis enquanto atravessava a nave da igreja até o altar-mor.

⁵⁸ 'O cardeal Arns chegou a ameaçar Ratzinger. Disse que denunciaria a perseguição do Vaticano à Teologia da Libertação, na Alemanha, onde faríamos palestras antes de voltar ao país', afirmou Leonardo Boff em entrevista ao jornal *Folha de São Paulo*, em 1996 e em 16 de abril de 1998, p.14.

⁵⁹ jornal *Folha de São Paulo*, 16 de abril de 1998, p.7.

⁶⁰ Jornal *O São Paulo*, 6 de maio de 1998, p. 7.

⁶¹ Jornal *O São Paulo*, 17 de março de 1999, p. 10.

⁶² Na edição de 13 de maio de 1998, o jornal *O São Paulo*, fazia uma homenagem a D. Paulo e trazia o convite para a celebração do domingo, 17 de maio, na Catedral da Sé, onde aconteceria a despedida do cardeal Arns. Na primeira página do jornal seguia a mensagem de despedida de D. Paulo: *Aos amigos de São Paulo*. O cardeal agradecia a todos que colaboraram no exercício de seu ministério e recordava a graça que teve ao ordenar 284 padres e 19 bispos. Deixava um recado para os padres: *amem este povo, rezem sempre por ele, leiam muito, para acompanhar os tempo e evangelizar com ardor, muito unidos ao queridíssimo João Paulo II*.

Algumas pessoas vestiam camisetas coloridas para identificar as seis regiões episcopais da arquidiocese: a região Belém estava representada pela cor branca, a região Brasilândia, vermelha, a região Ipiranga, azul, a região Lapa tinha a amarela, o verde ficou com a região Sé e a região Santana com a cor violeta. Os fiéis homenageavam o cardeal cantando e acenando a folha verde dos cânticos, que mais pareciam bandeiras de agradecimento.

Misturadas entre a população de fiéis, algumas bandeiras da Pastoral da Juventude. Faixas com mensagens de agradecimento estavam espalhadas por todo o templo, representando diversas entidades que colaboraram com D. Paulo durante o seu ministério. Na entrada da igreja uma placa amarela assinada pelo Conselho de Leigos da Arquidiocese de São Paulo (CLASP): *Obrigado Dom Paulo, pastor e profeta da cidade*. Todas as outras frases agradeciam a D. Paulo pelo apoio ao trabalhador e ao morador de rua e o exaltavam como *homem do povo*.

Sentado no presbitério, o cardeal não escondia a emoção. Um sorriso discreto demonstrando a satisfação do reconhecimento de seu trabalho. Junto dele estavam D. Glauco Soares de Lima, bispo-primaz da Igreja Episcopal Anglicana, o cardeal-arcebispo de Aparecida, interior de São Paulo, D. Aloísio Lorscheider e mais 17 bispos, além de cerca de 300 padres e 50 seminaristas. Entre os fiéis estavam presentes algumas autoridades, amigos e familiares do cardeal Arns. O prefeito da cidade de São Paulo, Celso Pitta juntamente com a sua então esposa Nicéia espremiavam-se no meio do povo. Depois de algum tempo foram colocadas duas cadeiras no primeiro lance da escada do presbitério para acomodar o casal, que recebeu uma sonora vaia no momento em que entrava na igreja.

Coube a D. Angélico Sândalo Bernardino, então bispo auxiliar em São Paulo a tarefa de fazer a homilia. O bispo destacou a opção de D. Paulo pelo povo, colocando seu ministério a serviço de todos, com evangélica predileção pelos pobres, presos, sofredores, excluídos de toda espécie.

Depois da homilia, 5 mil velas foram acesas e erguidas pelos fiéis, promovendo um espetáculo de luz. Dando continuidade à celebração e simbolizando a caminhada de D. Paulo em São Paulo, 1024 tulipas, importadas da Holanda e trazidas pelo comendador da Ordem do Cruzeiro do Sul, Francisco Mooren, foram colocadas na escada que leva ao presbitério, sobre um tapete vermelho, por representantes da família, dos vizinhos, dos funcionários e colaboradores de D. Paulo.

Para a saudação final, foi chamado Plínio de Arruda Sampaio, um dos conselheiros da Comissão Justiça e Paz de São Paulo, que fez um discurso de três páginas. Os agradecimentos de Plínio a D. Paulo, representando todas as comunidades, não ficou somente no âmbito católico, mas se estendeu a outros grupos religiosos, seu trabalho pelo ecumenismo (o culto ecumênico por Herzog). A gratidão é do povo da periferia, dos migrantes, dos presos políticos e comuns, dos intelectuais, dos bispos auxiliares. A Nação brasileira agradece D. Paulo, afirmava Plínio. O cardeal que fez história no Brasil recebia, neste discurso, uma homenagem de muitos através de Plínio de Arruda Sampaio.

Continua Plínio afirmando: *Por ter feito o espírito ecumênico florescer nesta imensa cidade. Não fora a sua mente ampla e o seu coração acolhedor e esta catedral não estaria hoje enriquecida pela presença do pastor evangélico, do rabino, de representantes de tantas crenças e de militantes sociais e políticos que, sem partilhar a luz da fé religiosa, acreditam na luta pela justiça e pela fraternidade, (...), mas acima de tudo a Igreja lhe agradece por ter sido fortalecida e vivificada pela opção preferencial pelos pobres de que o senhor foi defensor e militante*⁶³.

D. Paulo agradeceu e se despediu com seu eterno lema: *coragem, sobretudo, coragem*. Discretamente saiu em direção à sacristia, dando adeus aos fiéis, que naquele momento acenavam lenços brancos de papel e gritavam: *Obrigado Dom Paulo, pastor e profeta da cidade*.

Por ocasião da despedida de D. Paulo, o jornal *O São Paulo* publicou diversos textos de homenagens e gratidão ao cardeal, dentre estes, estão os de seus bispos auxiliares. Dentre os textos se destaca o de D. Joel, seu sucessor na Região Santana. Nele, o bispo afirmava que D. Paulo trabalhou em Santana dentro do espírito do Concílio Vaticano II e que se preocupou com as comunidades, repensando a organização e a forma de concretizar a pastoral. *D. Paulo foi entre nós um pastor universal*⁶⁴.

No dia 23 de dezembro de 1997 o jornal *O São Paulo* publicou uma entrevista com o cardeal Arns. Aqui serão reproduzidos alguns trechos desta que seria sua última entrevista ao jornal como arcebispo.

O que o senhor deixa de herança para o seu substituto? Que desafios ele terá pela frente? *O que eu deixo como herança talvez seja difícil de dizer, mas eu poderia resumir em uma só proposição: um amor devotado ao*

⁶³ SYDOW, E. & FERRI, M. *Dom Paulo Evaristo. Um homem amado e perseguido*. pp. 24-25.

⁶⁴ Jornal *O São Paulo*, 13 de maio de 1998, p. 5.

povo, sobretudo aos que mais sofrem em São Paulo. Isto eu deixo como herança e como ideal.

E os desafios que o novo arcebispo terá pela frente? São aqueles que o povo mesmo indica. Na última vez o povo indicou como desafios saúde, educação, moradia, a falta de emprego e a solidariedade para que haja justiça social.

O senhor ficou conhecido em São Paulo, no Brasil e no mundo como o cardeal dos direitos humanos. Como o senhor gostaria de ser lembrado na história da Igreja? Eu gostaria de ser lembrado como amigo do povo. Porque eu defendi os direitos humanos de todo o povo, sem olhar religião, sem olhar ideologia, sem olhar para as capacidades ou possibilidades das pessoas que eram perseguidas, mas sim para que todas elas tivessem seus direitos garantidos e a dignidade humana revelasse o amor divino.

No ano em que se celebra o centenário da arquidiocese de São Paulo os desafios continuam grandes para uma evangelização inculturada neste meio urbano. De esperança em esperança será necessário ouvir ainda mais a população, especialmente os católicos, para realizar escolhas no anúncio de Jesus de Nazaré na São Paulo da garoa que também é das alegrias e tristezas no meio da metrópole.

**Prof. Dr. Pe. Ney de Souza*

Dr. História Eclesiástica, Pontifícia Universidade Gregoriana,
Roma –Itália (registro USP).

Vice-diretor acadêmico e coordenador do Programa de Pós-
Graduação em Teologia da Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa
Senhora da Assunção – São Paulo SP.
ney.souza07@terra.com.br